



Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 96.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.980

a) Dácio Leonel.

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PDS, indico os Srs. Deputados:

RUBEM VALDUGA

JOÃO MANSUR

CYRO MARTINS

FLORIVALDO PALÁCIOS

Para comporem a Comissão Especial de Investigação dos problemas energéticos do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

À Mesa Executiva.

Na qualidade de Líder do Partido Popular, venho indicar o Sr. Deputado JOÃO ELÍSIO, para compor a Comissão Especial de Investigação dos Problemas Energéticos do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se inscreva na ata da sessão de hoje um voto de pesar do Poder Legislativo do Paraná, por motivo do falecimento do jornalista Samuel Wainer, editorialista do Jornal "Folha de São Paulo". E, que se dê ciência desse pesar à família enlutada e à direção do jornal e seus companheiros de trabalho.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.980

a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

Uma parte da história política e social dos últimos anos teve em Samuel Wainer a figura do jornalista atento e consciencioso; no político Samuel Wainer o publicista capaz e profundamente identificado com o movimento social, especialmente com as reivindicações populares; e no empresário Samuel Wainer o dinamismo e o espírito liberal que ajudaram a identificar a informação e o jornalismo com a Nação brasileira, por seus suportes fundamentais: os movimentos populares e a liberdade. Muito mais se dirá da grande figura que desaparece no cenário jornalístico, mantendo-se viva como espírito investigador e inquieto na busca de soluções compatíveis com a democracia, porém é suficiente que por ora se indiquem em linhas gerais alguns aspectos do elogio fundamental que lhe deve ser feito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento, ocorrido ontem nesta Capital, do Dr. HUGO WALTRICK DE CAMARGO.

Médico, há mais de três décadas prestando relevantes serviços à comunidade de Curitiba e do Paraná, ocupava agora, com brilhantismo de sempre, o cargo de Diretor superintendente do Hospital São Lucas.

Dedicado e humanitário, o Dr. Waltrick, um dos pioneiros no atendimento do INPS desta Capital, foi exemplo de atenção e defesa dos interesses maiores da coletividade.

Deixa esposa e dois filhos, e uma lacuna impreenchível em nossa sociedade e nos corações de todos aqueles que desfrutavam de seu convívio.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.980

a) Túlio Zanchet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos, desta Casa, um voto de profundo sentimento, pelo falecimento do ilustre cidadão Dr. Osvaldo Vieira, ocorrido, ontem, dia 01 de setembro, nesta Capital.

Tal solicitação se faz em face de ter sido o extinto, emérita personalidade política e social, em nosso Estado. Tendo exercido o mandato de Vereador, na cidade de Maringá, Suplente de Deputado Estadual, advogado militante, Assessor da Diretoria do BANESTADO S/A e, ultimamente Presbítero da Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, à Polícia Rodoviária e ao Tenente JAIRO MELLO, que comandou a "Operação Bóia-Fria" na data de ontem, 1.º de setembro de 1980, impedindo que os trabalhadores rurais fossem transportados em veículos sem os requisitos básicos de segurança.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Tem sido constante o número de acidentes com trabalhadores rurais — bóias-frias — transportados sem as mínimas condições de segurança, conforme requer a Lei Nacional de Trânsito e a cláusula oitava da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre patrões e empregados rurais, em 30 de janeiro de 1980.

A Operação "Bóia-Fria" acionada na data de ontem deu início à solução do problema do transporte daquele trabalhador, com a apreensão de caminhões (84) que ainda não dispõem dos requisitos mínimos de segurança exigidos, com a aplicação de multas que chegaram ao valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

Louvável, sob todos os aspectos, a iniciativa da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária, coibindo os abusos até então praticados no transporte dos homens do campo e propiciando, assim, uma maior segurança e uma maior proteção das vidas humanas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que a sessão ordinária do dia 03 do corrente mês seja realizada no período matutino.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Prefeito Municipal de Piraquara, sugerindo esclarecimentos com respeito a denúncias realizadas pela Associação de Moradores do Conjunto Residencial Graciosa.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Visando não ferir a autonomia municipal (cabe à Câmara de Vereadores fazer um pedido de informações), estamos apenas colocando a questão em debate, sugerindo ao Senhor Prefeito esclarecimentos sobre o caso, já que algumas denúncias estão sendo feitas, colocando em dúvida a administração municipal. O teor da denúncia é o seguinte: (cópia fiel da carta-denúncia).

"1 — A intenção da Prefeitura é transformar o loteamen-

to em chácaras de 5.000 m², para construção de residências de classe "A". Com isso ela pretende de isentar de compromissos, como: rede de esgoto com estação de tratamento, água e outras benfeitorias, que seriam próprias da municipalidade.

2 — Ninguém, e em qualquer circunstância, tem direito de tirar o direito adquirido de propriedade, de quem o tem, pelo que preceitua a lei. Somente em caso de DESAPROPRIAÇÃO, que hoje estaria, segundo avaliação do Estado em cerca de Cr\$ 120.000,00 o lote. Como se vê, a intenção do município é de não DESAPROPRIAR NADA, mais sim facilitar as coisas visando através de poderes que não lhe são atribuídos, tentar despejar os moradores, para transformar o loteamento em chácaras de classe "A", o que sabemos impossível, segundo o direito de propriedade.

3 — Com qualquer mandado de segurança judicial e em alguns dias contra a Prefeitura Municipal, os direitos de cada um seria resolvido. Porém, a Prefeitura ameaça que se for feito isso, como coação ela retiraria o ônibus imediatamente. Isto não é problema, pois a própria associação de moradores providenciaria e com preços bastante menor, servindo o mesmo em caráter particular como alimentador a linhas mais baratas.

4 — Outra intenção da Prefeitura é deslocar o povo para locais incertos, adquirindo as moradias pelo sistema BNH, sem preço fixo, para a aquisição, através do sistema COHAB. Quanto a isso nada de oficial ainda foi formulado, mais o certo, é que o imóvel não é a preço fixo, mais sim reajustado segundo o UPC.

5 — Segundo estatísticas feitas junto à imobiliária já existem mais de 1.000 proprietários escriturados e registrados definitivamente, dos lotes do Conjunto Residencial Graciosa. Mais 800 estão em fase final de pagamento, com os mesmos direitos adquiridos dos anteriores.

6 — Por estes motivos, a atitude dos moradores do Conjunto Residencial Graciosa e de todos os demais loteamentos atingidos por esta arbitrariedade é de manter suas escrituras, seus registros, seus pagamentos de prestações e impostos normalmente, pois que seus reais direitos estarão assegurados na íntegra. Assina: Associação dos Moradores."

Aí está, na íntegra, a carta-denúncia, mostrando a preocupação dos moradores da região. Como está em jogo a segurança e a garantia social de centenas de famílias, acreditamos no pronto esclarecimento do Poder Executivo. Oportunamente voltaremos ao assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 62/80, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede em Araucária, em razão da referida entidade já ter sido declarada de utilidade pública pela Lei n.º 6574, publicada no Diário Oficial n.º 84, de 02/07/74.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando imediatas providências no sentido de se colocar em funcionamento o Posto de Saúde do Distrito de Luisiânia, Município de Campo Mourão, bem como designar um médico para o mesmo.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Luisiânia, Distrito de Campo Mourão, é um dos maiores distritos de todo o Estado do Paraná, contando atualmente com mais de 20.000 habitantes, distando de sua sede Campo Mourão aproximadamente 26 quilômetros.

Ali se construiu um Posto de Saúde, mas o mesmo até o presente momento se encontra paralisado, daí nossa solicitação para que se coloque o mesmo em funcionamento, designando-se inclusive um médico para dar atendimento à população carente daquela localidade.

Alertamos que no referido distrito existe médico o qual poderia de imediato ser aproveitado para o cargo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Empresa Paranaense de Telecomunicações (TELEPAR) através do seu departamento competente, a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de RIO D'AREIA, no Município de PRUDENTÓPOLIS.

A medida que ora pleiteamos, prende-se à necessidade, aliás plenamente justificável, de ter a população do Distrito de RIO D'AREIA (RELÓGIO) de contar com as facilidades da comunicação que, inegavelmente representa nos dias atuais, o TELEFONE.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1980.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A perturbação mental de uma pessoa a leva a desintonizar-se com seu meio social. Louco, para o ambiente é o que não se comporta pelos padrões usuais de conduta. Entre os diversos tipos e espécies de loucura, acredito que o terrorismo é uma das mais incríveis que possa existir.

Só uma mente enferma, débil, tresloucada, e totalmente confundida da realidade ambiental e dos padrões de civilização e cultura de hoje, pode ver nas ações violentas de atos de terror, uma maneira de agir politicamente. Os atentados terroristas de nossos dias, com evidência gritante, revelam a loucura dos que acreditam possa a sociedade brasileira regredir e não continuar sua caminhada para o progresso. A loucura da extrema direita, quer através de atentados terroristas aqui no Brasil, ou, quer através de golpes como na Bolívia — para assegurar o tráfico internacional dos tóxicos, só pode ter existência pelo desequilíbrio mental de um reacionarismo que não pode conviver com a cultura e libertação do homem moderno.

Hoje, faz uma semana que o terror da direita ceifou a vida de uma funcionária da OAB, e quando em todo o Brasil acontecem por parte do POVO BRASILEIRO, atos de repúdio a estas ações políticas tresloucadas, quando a consciência da Nação desperta para a necessidade de punição dos culpados, quando parece que o Governo acorda do sono letárgico em que estava, quando enfim nenhum homem de bem, de senso moral e juízo perfeito, defende o terrorismo, temos notícia que as ameaças continuam, que a ousadia da extrema direita se insurge contra os valores da sociedade organizada, ameaçando estabelecer o caos e a insegurança pública.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cópias das cartas ameaçadoras, que foram endereçadas aos jornalistas VALMIR GREIN, MARCELO HOLANDA e PEDRO VERGARA CORREIA, da "Folha de Londrina", em que um chamado VVC (Vanguarda de Caça aos Comunistas), comunica a morte

daqueles profissionais de imprensa.

Foi preciso um cadáver para que o Governo interpretasse o terror de direita como crime contra a segurança nacional. Mas é de perguntar-se aos responsáveis pela segurança pública deste País, perguntar-se aos mesmos homens que foram tão diligentes e eficientes em exterminarem com os Lamaracas, com os Marighelas, é de perguntar-se nesta hora aos Coronéis Erasmos da vida, onde estão os DOI CODIS, e todo o seu aparato de caguetagens, para descobrir a covardia dos pulhas que matam à traição.

Estão enganados os governantes desta Nação se pensam que com simples declarações de machismo conseguirão enganar o povo sobre a origem e os verdadeiros culpados pelos atuais atos terroristas. São as próprias declarações do Governo que revelam saber o Governo que o terrorismo é para impedir a re-democratização. Ora se sabem que isso não é obra da esquerda já que ela, nos dias de hoje é a vítima do terror e está empenhada pelos meios pacíficos para conseguir a democracia. O terror é da direita e nela devem ser buscados os autores da infame covardia que mata à traição, que queima na calada da noite, que explode no anonimato.

Só a partir da hora em que forem apontados os autores, só a partir do instante em que o Governo usar o rigor da Lei de Segurança que criou para seus adversários e que até agora não se empenhou e se omite em aplicá-la em seus aliados, só a partir deste momento é que será excluído da lista dos suspeitos, eis que entre os suspeitos dos crimes de terror, infelizmente, devem estar encabeçando a lista pessoas e grupos de direita que formam o atual Governo."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

"Anuncia-se para os próximos dias, a visita ao Paraná do Ministro da Agricultura, Amauri Stábile, chefiando o que denominou chamar-se "Caravana da Produção". Entre os objetivos da visita, inclui-se o agradecimento daquele Ministério à resposta paranaense ao chamamento para obtenção de uma super-safra agrícola. É louvável a atenção do Ministro no que respeita ao agradecimento, no entanto, chamou-nos a atenção o fato de ser incluído no roteiro de visitas, a vistoria a uma fazenda de café, naturalmente, escolhendo para tal evento, uma fazenda modelo, uma propriedade exemplar que por certo agradará aos olhos dos visitantes.

Sr. Presidente, entendemos que a visita dos homens do Ministério da Agricultura deverá servir também, para que chegue a eles o clamor dos pequenos produtores de café de nosso Estado e especificamente do norte do Paraná, que estão apreensivos devido aos próximos vencimentos de seus financiamentos, contratados com o Banco do Brasil ou mesmo junto a rede creditícia particular, estipulados para o final do corrente mês. Como é de conhecimento dos Senhores Deputados, o Instituto Brasileiro do Café fixa os novos preços para comercialização do produto, tradicionalmente em janeiro, prevendo-se para o próximo mês de janeiro, a fixação de preços senão compensadores em virtude do famigerado confisco cambial, pelo menos que dará razoável suporte aos produtores. Mas como compatibilizar os preços fixados em janeiro de 81, com os vencimentos de financiamentos estipulados para final de setembro de 80? Sr. Presidente, nossos pequenos produtores, principalmente, estão angustiados pois pressentem que terão que vender sua produção à preços baixos em setembro, quando o Governo poderia evitar esse prejuízo ao já sofrido produtor de café, antecipando os preços de comercialização, conseqüentemente, possibilitando maior compensação financeira aos homens que trabalham a terra. Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que entendemos que o Governo do Paraná, através seu Secretário da Agricultura,

poderia tomar duas iniciativas como marco inicial em busca desta antecipação: a) Promover uma reunião do Senhor Ministro com as classes produtoras, que coordenadas por seus órgãos representativos, entregariam um memorial às autoridades federais presentes, demonstrando as aspirações aqui relatadas e outras naturalmente de interesse dos produtores de café em nosso Estado; b) Ao invés de levar a caravana ministerial a uma visita a fazendas-modelo, já exploradas dentro das modernas técnicas, fazer com que esta visita seja efetuada em uma região cafeeira plantada e explorada no norte do Paraná pelo sistema tradicional, formadas por pequenas propriedades na faixa de 5 a 15 alqueires paulistas, mantidas ainda pelo regime de economia familiar, que a nosso ver, é o único capaz de fixar nosso homem ao campo, e, conseqüentemente, iniciar um trabalho sério e persistente, buscando fórmulas de atendimento a esses pequenos proprietários que muito contribuíram e continuam a produzir para o Estado e para o País.

Sr. Presidente, a ameaça que os produtores de café estão fazendo de deixar a cafeicultura, dedicando-se a outras atividades de exploração agrícola, redundará inegavelmente em grandes prejuízos para o Paraná que sempre se constituiu, principalmente o Norte do Estado, em pólo dos mais importantes economicamente falando, notadamente face a produção de café. Fica a sugestão, esperando que alguma providência seja tomada, amparando os produtores, conseqüentemente, gerando riquezas para nosso Estado."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Curitiba é sacudida, hoje, por algumas notícias que, tomara não tenham fundamento, mas que são preocupantes e que causam intranquilidade.

Fala-se na explosão de algumas bombas na Capital do Estado, em órgãos públicos, em escolas, e não se pode deixar de recriminar com a veemência que a gravidade só do boato, quanto mais da execução do ato criminoso; não se pode deixar de condenar a gravidade de que se reveste esta atitude que revela um desamor profundo ao País, ao seu povo e à causa democrática.

E volto a repetir desta tribuna o que disse recentemente em aparte a um pronunciamento do Deputado Renato Bernardi: todo e qualquer ato de terrorismo, todo e qualquer ato de violência, de agressividade física, corpórea, significa, agora, um prejuízo e um dano para toda a Nação.

E não sei a quem realmente interessa a divulgação desses boatos ou as ameaças concretas que causam esta insegurança à nossa população.

Vale, portanto, nesta hora, somar uma palavra a mais a todas aquelas que têm sido pronunciadas por representantes de vários extratos da sociedade brasileira, não só para que se desestimele esta atitude tão selvagem que roubou há dias uma vida, e ameaçou outras tantas, e que pode transformar o Brasil — tomara não transforme — mas pode transformar o Brasil no cenário triste, no cenário que abate, no cenário que choca, que machuca, que faz chorar os corações mais duros, no cenário em que recentemente se transformou a Itália.

E o que mais me deixa condoído, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que, lamentavelmente, as vítimas desses atentados são exatamente as pessoas que nada têm a ver diretamente com o processo político ou com o processo econômico, ou mesmo, com o processo cultural deste País. Porque as pessoas envolvidas com esses processos são aquelas que estão cobertas por seguranças especiais, são aquelas que estão sob a proteção do Estado e da autoridade constituída.

Que os inocentes não se quedem mais neste País, sobretudo nesta hora em que a sociedade está a ansiar por uma afirmação que convém não a alguns grupos, mas que convém a todos

nós.

Quero, antes de deixar a tribuna, Sr. Presidente, deixar a minha satisfação por ver, hoje, formalizado o desdobramento da Companhia de Urbanização de Curitiba, através do ato formal de posse dos novos diretores da Empresa que vai cuidar do desenvolvimento urbano desta cidade que é a nossa Capital: o Sr. Rubens Teig, Presidente, e o professor Érico Borbis, Diretor Administrativo, duas figuras que merecem a nossa confiança e que pelo brilhantismo de seus passados, asseguram presente mais alvareiro para o desenvolvimento de Curitiba.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de ocuparmos o tempo na forma que desejamos, queremos registrar, nesta tarde, um requerimento que já apresentamos à Mesa e que, se aprovado por esta Casa, estamos solicitando votos de congratulações ao tenente Jairo de Mello, da Polícia Militar de Londrina e ao próprio Comandante da Polícia Militar do Paraná, pela operação "Bóia-Fria", que a Polícia está desenvolvendo no Paraná, notadamente na região de Londrina, para que se evitem abusos nos transportes de trabalhadores rurais. E o interessante nessa campanha, é que oitenta por cento dos caminhões, dos veículos apreendidos, não transportavam apenas "bóias-frias" às fazendas, mas sim, é uma norma hoje, da maneira de se transportar trabalhadores.

Depois de três anos, pois que nosso primeiro requerimento foi apresentado em setembro de 1977, solicitando que a Polícia Rodoviária fiscalizasse esse transporte. E agora, depois de tantas vozes que se levantaram, felizmente a Polícia Rodoviária começou a fiscalizar.

Esperamos que essa medida não fique apenas numa ação passageira mas que se transforme numa ação constante da Polícia Rodoviária, assim como é constante a sua fiscalização nas estradas do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco tempo atrás trouxemos à tribuna da Assembléia Legislativa, um assunto também bastante importante, bastante palpitante: a diferença discriminatória contra o Estado do Paraná na distribuição dos recursos da Previdência Social. E provamos, através de números, o que se gasta, no Rio Grande do Sul, e o que se paga lá, se paga menos, se gasta mais; no Paraná se paga mais, e se recebe menos. Isso, no setor da Previdência.

Gostaria de mostrar aos Srs. Deputados na tarde de hoje, o problema, que o Banco do Estado do Paraná está enfrentando, com a sua Carteira de Crédito Agrícola, numa verdadeira discriminação, mais uma vez, ao Estado do Paraná.

O Banco do Estado do Paraná está recebendo, para fazer o repasse do crédito agrícola, 250 milhões de cruzeiros, para todo o Estado. Hoje, a rede bancária oficial do Estado é de 214 agências, no Estado do Paraná — 250, divididos por 214; nós teremos praticamente, uma agência pela outra, pouco mais de um milhão de cruzeiros; e, se for distribuir isto a todo o Estado do Paraná, nós teremos, aproximadamente, 700 mil cruzeiros, que é o dinheiro que o Banco Central, através do Ministério do Planejamento está repassando ao Banco do Estado, para chegar às mãos dos agricultores; por outro lado, no Estado de Minas Gerais — não queremos aqui discutir o mérito do Estado de Minas Gerais — mas, por outro lado, lá em Minas Gerais, o Banco oficial daquele Estado recebeu, para distribuir aos agricultores mineiros 960 milhões de cruzeiros, o Paraná, 250; agora, o absurdo de tudo isto é que, somente para promoção da Feira Agropecuária de Esteio, no Rio Grande do Sul, houve um repasse de 200 milhões de cruzeiros, para se promover uma feira naquele Estado, 200 milhões de cruzeiros; para incentivar a agricultura no Paraná, a produção agrícola num País tão carente de produtos agrícolas, através da rede oficial de Bancos do

Estado, apenas, 250 milhões de cruzeiros! Um verdadeiro abandono, mais uma vez, das autoridades federais, com relação ao Estado do Paraná. E é bom que se note aqui que, dentro de poucos dias, nós teremos aqui no Estado do Paraná, que alguns já estão chamando de "o trenzinho da alegria", a denominada Caravana da Produção, que vai vir ao Estado, vai percorrer alguns Estados do Brasil, composta do Sr. Ministro da Agricultura, do Diretor da Comissão de Financiamento da Produção, do Secretário do Abastecimento e da Produção, enfim, um cem número de altos funcionários do Ministério da Agricultura, ganhando altas diárias, com aviões e carros oficiais numa demonstração de que o combustível não é lá o "bicho de sete cabeças" que estão pintando, porque, senão, não se faria essa caravana, virá a caravana do Sr. Ministro da Agricultura ao Paraná, a chamada Caravana da Produção, para ouvir os agricultores na época do incentivo da produção, principalmente agora que precisamos de dinheiro para plantar milho, feijão e também a soja. O que é que os agricultores vão dizer a essa Caravana da Produção? Que está faltando dinheiro! Tanto para custeio, quanto para investimento. Então, vão nos dizer: o Banco do Brasil tem o dinheiro para fazer empréstimos aos agricultores.

Acontece que as agências do Banco do Brasil no Paraná não chegam a 80, e nós hoje temos quase 300 municípios, no Estado do Paraná, então, porque o não aproveitamento de uma rede bancária como a própria rede bancária oficial do Estado que está praticamente em todas as cidades do nosso Estado, mais perto do lavrador, facilitando o crédito ao lavrador, para que ele possa produzir. Então, é a nossa estranheza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais esta ação que nós consideramos, realmente, discriminatória ao nosso Estado.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

As duas matérias abordadas por Vossa Excelência são da maior importância e, efetivamente, parece que se toma um rumo bem positivo, com relação à segurança dos trabalhadores rurais, chamados "bóias-frias". E, é oportuno que se ressalte essa operação, que já teve no primeiro dia resultados muito auspiciosos. E, Vossa Excelência como Presidente da Federação por vários anos, sempre lutou por esta causa e hoje, vê coroada de pleno êxito, de forma que, nos associamos ao rejubilamento de Vossa Excelência e, ao mesmo tempo que nos associamos às posições que toma Vossa Excelência com relação à restrição do crédito agrícola do nosso Estado.

É simplesmente vergonhosa e vexatória as condições com que é tratada a nossa principal instituição bancária, o Banco do Estado do Paraná, relativamente ao Banco Central, à Secretaria de Planejamento, na destinação de recursos para repasse aos agricultores. Nós temos que formar, urgentemente, um grupo de pessoas responsáveis e que, pretendam ir até às últimas consequências, para fazermos valer a nossa condição de Estado agrícola e da necessidade de recebermos recursos, para que a produção possa vir. Não adianta visita de Ministro da Agricultura, pelo contrário, só cria irritação e, é bom que o Governo Federal saiba disso. Em nenhum momento, a presença do Ministro da Agricultura, do Ministro do Planejamento, virá estimular os agricultores daqui. Nós, como homens do Governo, podemos até lhes recomendar que não venham, mandem o dinheiro que, as super-safras, que nós estamos tendo, é produto do trabalho dos agricultores sofridos e desestimulados.

Congratulo-me com a posição de Vossa Excelência, que é muito coerente com a tradição de trabalho de Vossa Excelência nesta Casa.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

E, ainda mais Sr. Presidente, o investimento através, seja ele, do Banco do Estado nem se fala em investimento mas, o investimento através do Banco do Brasil, ao pequeno e médio produtor, está limitado em 200 mil cruzeiros. Sexta-feira passada, ainda estivemos numa agência do Banco do Brasil, verifi-

camos, exatamente as condições de funcionamento, do investimento de financiamento para pequeno e médio produtor, até o limite de 200 mil cruzeiros. Pois bem, o Banco tem autorização; a carteira agrícola do Banco do Brasil tem autorização para fazer o financiamento, só que, não tem o dinheiro para repassar também, aos agricultores.

Então, é aquilo que muito bem disse o nobre Deputado Ruben Valduga, uma visita de um Ministro e de altos funcionários do Ministério da Agricultura, ao invés de incentivar, vem irritar realmente, como disse o nobre Deputado. Porque quando ele vai ao Banco é uma coisa, quando vem o Ministro é outra.

Então, o que nós queremos, é até salvaguardar a própria integridade aí do Sr. Ministro da Agricultura, porque realmente, o Estado nosso está atravessando uma fase difícil, nós não encontramos o dinheiro nesta época, agora que precisamos. Por outro lado, devemos reconhecer ao milho hoje, foi estabelecido um preço de razoável para bom, o soja idem, o feijão também, alguns produtos agrícolas tiveram realmente, um incentivo grande na sua produção, no seu preço mínimo de fixação. Mas há necessidade de um empenho maior ao Banco do Brasil no repasse do dinheiro e principalmente um critério melhor à própria rede bancária oficial do Estado, que é o nosso Banco do Estado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento do orador).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz. Eu, como Vossa Excelência também cheguei hoje da nossa região do Vale do Ivaí e vim bastante preocupado, depois de contactos que fiz com agricultores naquela região, Barbosa Ferraz, São João do Ivaí, Fênix, Quinta do Sol, e é exatamente esta a preocupação dos agricultores, o repasse do dinheiro do Banco do Brasil para os bancos particulares onde não há agência do Banco do Estado.

O repasse é muito pouco. Para que Vossa Excelência tenha uma idéia: São João do Ivaí, Barbosa Ferraz, Fênix e Quinta do Sol somados juntos, toda aquela região, o dinheiro recebido de repasse do Banco do Brasil não atinge o que eles têm para custeio no Município de Borrazópolis, que não chega a um quinto. E por quê?

Porque lá em Borrazópolis há agência do Banco do Brasil; aqueles outros municípios não têm. O que acontece é que termina esse recurso para custeio e o pequeno agricultor tem que procurar agência do Banco do Brasil mais próxima. Lá chegando encontra as filas e a dificuldade. Vai duas, três vezes e tem dificuldade de um financiamento e acaba desistindo.

E a grande preocupação, vir aqui para visitar e ver a nossa grande produção deste ano, não precisa. Feijão, nós sabemos que a produção vai ser abundante, nós tivemos oportunidade de ver agora nesta visita. Mas o que eles têm que se preocupar é com o café que já vai faltar dinheiro para custeio desse produto.

O que precisava, em vez de fazer esta caravana, era uma caravana antes de assumir e estes técnicos do Ministério da Agricultura fazerem um estágio no interior para conhecerem a verdadeira realidade e não virem com caravana na hora em que não precisa.

A preocupação é melhorar o custeio. Existe ainda uma luta alternativa onde há os cooperados, porque a cooperativa faz o financiamento no Banco do Brasil e repassa às agências particulares dos municípios menores, mas já com endereço certo àqueles agricultores e os outros que não são cooperados, o pequeno agricultor, tem passado dificuldade. Isto é que precisa preocupar.

E com esta preocupação não há necessidade de caravana. É fácil. É vir fazer um contato com aqueles que falam com o povo, com o político, que eles ficam sabendo o que precisa fazer.

Cumprimento Vossa Excelência por esse pronunciamento que fez em boa hora.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu é que agradeço o aparte, nobre Deputado.

Nessas condições, Sr. Presidente, para que esta Casa pudesse discutir e aprovar, se fôr o caso, lerei o requerimento que nós estamos apresentando na tarde de hoje. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado um expediente ao Excelentíssimo Sr. ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro do Planejamento, no sentido de que o Banco do Estado do Paraná seja contemplado com um valor de crédito para custeio agrícola quatro vezes maior, pelo menos; e que seja, ainda, enviado outro expediente ao Governador do Estado do Paraná, para que envie todos os esforços no sentido de conseguir uma elevação expressiva do crédito para custeio agrícola atualmente recebido através do Banco do Estado do Paraná, por não atender este aos reclamos dos que realmente estão bem intencionados em produzir e não dispõem de recursos.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é o Estado que apresenta a maior produção agrícola de todo o País. Contudo, para fins de recebimento de crédito para efeito de custeio agrícola o Banco do Estado do Paraná é contemplado com a importância de 250 milhões de cruzeiros, bastante irrisória e que não consegue satisfazer, em absoluto, ao realmente necessário.

Por outro lado, segundo notícias veiculadas através dos meios de comunicação, tomamos conhecimento de que só e unicamente para a realização de Feira Agropecuária de Esteio, o Estado do Rio Grande do Sul foi contemplado com a importância de 200 milhões de cruzeiros, importância quase igual a que o BANESTADO recebe para custear a produção agrícola através de sua carteira de crédito rural.

Através das mesmas fontes, já mencionadas, soubemos, também que o Banco do Estado de Minas Gerais recebeu a título de crédito de custeio agrícola, a importância de 960 milhões de cruzeiros. Tais fatos contribuem, inegavelmente, para a formação de uma imagem negativa do Banco do Estado do Paraná, que através de 214 agências instaladas por todo o Estado do Paraná, se vê obrigado a dizer constantes “NÃO” ao lavrador paranaense.

Pelo exposto e, principalmente, pela realidade que está aí sendo enfrentada dia-a-dia pelos produtores agrícolas paranaenses é que enfatizamos a necessidade de ser, no mínimo, quadruplicado o valor do crédito de custeio agrícola para o Estado do Paraná.”

Por outro lado, nós gostaríamos, aproveitando o Grande Expediente de hoje, de ler alguns tópicos da última reunião, em favor da cafeicultura do Paraná. O que deve chamar a atenção de todos os Srs. Deputados, nesses últimos tempos, é que todas as classes estão empenhadas hoje em reunir e discutir o problema da cafeicultura paranaense e brasileira, conseqüentemente. Recentemente na cidade de Colorado, numa reunião em que reuniu Engenheiros Agrônomos, Presidentes de Sindicatos Patronais, Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores, produtores, proprietários, fazendeiros, meeiros, parceiros e até o trabalhador assalariado, órgãos de cooperativa e também representantes da própria Secretaria de Agricultura do Paraná. Quando todos estão realmente empenhados em mais uma vez alertar ao Governo Brasileiro no setor da cafeicultura, da necessidade urgente de salvar o que ainda resta de café neste País. Se realmente o Instituto Brasileiro do Café, o Ministério da Indústria e do Comércio, realmente não atenderem a reivindicação principal da cafeicultura brasileira, que é a que se refere ao confisco cambial, nós teremos,

dentro de dois ou três anos apenas, que importar também o café, para ser servido. Apesar das grandes supersafras tão decantadas, há poucos meses atrás no Brasil, nós já estamos recebendo o milho de outros países para ajustar o consumo interno nacional. O próprio Estado do Paraná que produziu quase o dobro da sua capacidade de consumo do milho, hoje também deverá receber milho estrangeiro entre 550 até 600 cruzeiros o saco, numa demonstração de que realmente a nossa política econômica no setor agrícola, torno a repetir, se não está totalmente errada, está quase, e que precisa efetivamente ser corrigida.

E gostaria de ler então algumas das reivindicações, consideradas prioritárias, principalmente dos pequenos produtores de café do Paraná.

1 — Dar condições para executar o programa de estabilização do parque cafeeiro paranaense, proposto pelo Governo do Estado do Paraná, em maio de 1.980.

2 — Subsídio e Assistência Técnica aos sindicatos rurais, para formação de mudas de cafeeiros e árvores utilizadas para quebra vento, com a finalidade de fornecer e abastecer o produtor rural, com mudas em condições de plantio a baixo custo.

3 — Congelamento dos preços de fertilizantes químicos, defensivos e calcários. Subsídio de 50 por cento para fertilizantes químicos e orgânicos e dos defensivos agrícolas, com isenção total de juros sobre o montante financiado. Que o preço de garantia do café seja realmente líquido, sem desconto de imposto sobre circulação de mercadorias, ou outros encargos sociais, na primeira transação comercial, ou seja, na venda do produtor ao Instituto Brasileiro do Café.

Sendo na época atual a agricultura meta prioritária do Governo Federal, pedimos o fim para o subsídio às torrefações, medidas essas que a nosso ver vêm atender e, virjam abrir maior campo comercial ao nosso produto. Entendemos ainda que os subsídios para as torrefações que beneficiam somente a indústria, sem atingirem ao consumidor.

4 — Estipular o preço mínimo de garantia para o produtor, no mês de março de cada ano, coincidindo, assim, com o início da safra cafeeira, e que, no mês de setembro, também de cada ano, coincidindo com o vencimento dos financiamentos agrícolas, substituindo a atual fixação em janeiro e junho de cada ano.

5 — Que a abertura das exportações cafeeiras sejam feitas no período de safras, propiciando a abertura de café exatamente no momento em que o pequeno produtor ainda está de posse de sua produção.

6 — Para efeito de financiamento do café beneficiado, ou em coco, seja dado ao produtor 80% dos valores dos preços de garantia.

7 — Fim da taxa de contribuição de exportação, também chamado por confisco cambial. 3.º ponto, que são as medidas inadiáveis:

a) antecipação do preço de garantia de janeiro de 1.981, estipulado em 7.300 cruzeiros, para o mês de setembro de 1.980, e que este valor garantido seja livre de quaisquer despesas ao produtor, justificando, ainda, que as garantias de janeiro de 1.981, naquela época, só irão beneficiar o intermediário, uma vez que o pequeno cafeicultor, nos meses de setembro e outubro, procede à venda de sua produção, tendo em vista os pagamentos dos financiamentos contraídos durante o ano agrícola;

b) no caso do produtor agrícola efetuar a venda de sua safra, se o resultado financeiro fôr inferior aos financiamentos contraídos para custeio dos fertilizantes, defensivos e mão-de-obra, a diferença seja prorrogada por mais um ano.

O Sindicato Rural, Patronal de Colorado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado, a Associação Comercial de Colorado, a Cooperativa Agrícola de Astorga, Prefeitos,

Vereadores, Líderes Sindicais, proprietários agrícolas, trabalhadores na agricultura, parceiros, meeiros, percenteiros, bóias-frias, comerciantes, toda a região, esperam que este movimento pacífico, e a exposição de motivos anteriormente elaborada e demonstrada, venha de encontro com aquilo que o Presidente João Baptista Figueiredo prega, que é o "estender as mãos". Inclusive vem solicitar mais uma vez que realmente o Governo dê prioridade à cafeicultura, senão, dentro de pouco espaço de tempo, a cafeicultura deverá ter o mesmo fim que teve, por muito tempo, o cacau brasileiro, e que de maior produtor, passamos a importador; ou passe a ter o mesmo fim que teve a borracha produzida no Brasil, que, em décadas passadas, o Brasil que foi o maior produtor de borracha, passou e é, até hoje, o grande importador de borracha.

Para que isto não aconteça realmente com a cafeicultura, nós, mais uma vez, deixamos aqui a nossa voz também para que o Instituto Brasileiro do Café realmente atenda as reivindicações da cafeicultura nacional.

Era só e muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina). No mesmo sentido, consulta a Liderança do PMDB. (Declina). Consulta a Liderança do PTB. (Declina). Consulta a Liderança do PP. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferir e procederá a chamada nominal.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada 31 Srs. Deputados.

Há número para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Escola Especializada Amor Perfeito", mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 43/80), que revoga os dispositivos das Leis n.ºs 7.074, de 2 de janeiro de 1.979 e 7.122 de 26 de abril de 1.979. (Que proíbem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/80, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Assistência Social — Lar dos Meninos do Xaxim", da Cidade de Curitiba/Pr. Pa-

recer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 72/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — LAR DOS MENINOS DO XAXIM", com sede e foro na cidade de Curitiba — Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1.980

a) Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços, amparando os menores, acolhendo-os em sua sede, fornecendo-lhes alimentos, vestuários, medicamentos e etc., sem distinção de credo religioso, cor ou nacionalidade.

Entendemos, portanto, que a referida associação preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consideração dos ilustres Pares, esperando desta forma o seu apoio e conseqüente aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 72/80

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, tem por objetivo declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — LAR DOS MENINOS DO XAXIM", sediada nesta Capital.

Foram anexadas diversas certidões, bem como cópia de seus estatutos, os quais foram devidamente registrados em 03 de setembro de 1.973.

Segundo se depreende da documentação anexa, a entidade tem existência legal há vários anos e sua diretoria não recebe qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Tratando-se de entidade filantrópica, com a finalidade precípua de amparar menores órfãos e abandonados, entendemos estar plenamente justificada a apresentação deste plano de lei, e, considerando que foram preenchidos todos os requisitos exigidos para que a mesma possa ser declarada de utilidade pública, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DO PROJETO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Fidelcino Tolentino, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/80, de autoria do Deputado ANTONIO ROMERO FILHO, que altera redação da Lei n.º 6.755 de 16/12/75, passando a declarar de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo", mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 88/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n.º 6.755, de 16 de dezembro de 1.975, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO", mantenedora do Asilo São

Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

a) Nelson Buffara.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1.980
a) Romero Filho.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6.755, de 16 de dezembro de 1.975 declarava, em seu artigo 1.º, de utilidade pública a CONFERÊNCIA VICENTINA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama.

A razão social da nobre entidade vem a sofrer alteração, conforme abundante e esclarecedora documentação em anexo, passando a ser então, LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na mesma citada cidade paranaense, e tendo como objetivo a continuidade da ação de benemerência da anterior, posto que prossegue a manutenção e administração do Asilo São Vicente de Paulo.

O presente projeto de lei é constitucional, não implica em aumento de despesas, e visa regularizar uma situação jurídica, não há porque, salvo melhor juízo, negar a declaração de utilidade pública ao LAR SÃO VICENTE DE PAULO, sucessor da CONFERÊNCIA VICENTINA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 88/80

Tem por fim o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Romero Filho, alterar a redação da Lei n.º 6.755, de 1.975, passando a declarar de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo", mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama.

O projeto vem articulado e justificado, em obediência a determinação contida no Art. 123, do Regimento Interno.

Do exame do processo, verifica-se que o presente projeto de lei visa unicamente regularizar uma situação jurídica, não há porque negar a declaração de utilidade pública ao Lar São Vicente de Paulo, sucessor da Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, pelos motivos de alteração na razão social, conforme pudemos constatar na documentação em anexo.

Quanto ao aspecto constitucional, não há qualquer óbice que se anteponha.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO do projeto de lei ora em exame.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 97/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ — APAE, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá — APAE, tem por finalidade promover o bem estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem; estimular os estudos e pesquisas relativas ao problema dos excepcionais, incluindo-se crianças, adolescentes e adultos, estimulando o trabalho artesanal por meio de exposições.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando merecer o seu apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 97/80

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente Projeto de Lei n.º 97/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ — APAE, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
José Tavares, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando que a Sessão Ordinária do dia 03 do corrente mês seja realizada no período matutino. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nestas condições, a Mesa alerta os Srs. Deputados, que a Sessão de amanhã, será realizada pela parte da manhã.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado João Elísio, para compor a Comissão Especial de Investigação dos Problemas Energéticos do Paraná, representando o Partido Popular. **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Valduga, João Mansur, Cyro Martins e Palácios, para comporem a Comissão Especial de Investigação dos Problemas Energéticos do Paraná. **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Hugo Waltrick de Camargo, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Samuel Wainer, editorialista do jornal "Folha de São Paulo". **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Osvaldo Vieira, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Ma-

noel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e reconhecimento ao Sr. Secretário do Interior, pelos relevantes trabalhos prestados à frente da referida Secretaria, em especial pela maneira prestativa e eficiente em que se apresentou e dirigiu os trabalhos da 23ª Reunião da AMUNOP, realizada na cidade de Santa Mariana. -- Em votação.

O SR. DARCY DEITOS. — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cada dia que passa, mais a gente vai observando o desenrolar da política brasileira; sente-se que a Nação brasileira, é uma nação surrealista.

Há dias atrás, ouvimos o pronunciamento do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, em que ele enfatizava, dizia enfaticamente que vai conduzir o País para a democracia, e que ele faz e acontece, e que ele não iria substituir Ministro algum, porque não aceita pedidos ou pressões de quem quer que seja.

O que a gente sente, é que o PDS, um Partido que dá sustentáculo ao Governo mas não está no Governo, é um Partido que não se faz ouvir junto à Presidência.

Há dias atrás, também ouvimos o General José de Almeida, Presidente do CNP, dizer que os supostos rumores do aumento do preço da gasolina, só Deus e o Ministro Delfim é quem sabem.

Agora, ao vermos a votação deste requerimento - com todo o respeito aos objetivos do eminente Deputado Gabriel Manoel - em que apresenta um voto de louvor pelos brilhantes serviços prestados ao Estado do Paraná, pelo Secretário Renato Johnsson, realmente leva-nos a crer que estamos num País efetivamente surrealista, porque, quem olha o Estado do Paraná, vê um Estado totalmente parado, as suas obras estão no marco zero, nada se faz, nada se realiza, e se apresenta aqui um voto de louvor, pelos trabalhos apresentados pelo Secretário do Interior do Estado do Paraná.

É um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente, votarmos um voto de louvor, quando a imprensa do Paraná e o povo do Paraná sabe, que neste Estado, a posse do Sr. Ney Braga, em 15 de março de 1979, até esta data nada se fez, a não ser fazer do Palácio Iguaçu um QG político que dá sustentação ao Governo Federal.

Então, como dizíamos, Sr. Presidente, que vivemos num País surrealista, apresentar-se um voto de louvor para quem nada fez, os senhores imaginem, quando se realizar alguma coisa neste Estado, terá, esta Casa, que pedir que o Papa João Paulo II volte outra vez a este Estado, ou que esta Casa aprove um pedido de canonização do Governador Ney Braga e dos seus secretários.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é contrário a esse requerimento, que pede um voto de louvor ao Secretário Renato Johnsson.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, ouvimos, com atenção, as ponderações feitas pelo eminente Deputado Darcy Deitos, e até em parte damos razão, porque existe um adágio popular: "o pior cego é aquele que não quer enxergar e o pior surdo é aquele que não quer ouvir".

Se fizemos isso, não foi a título de bajulação, porque a nossa vinda para a Assembléia, pela quarta vez, é dado ao esquema de trabalho em que o Partido a que pertencemos, é o esquema de homens que nós pertencemos.

Misturou "alhos com bugalhos" o ilustre Deputado, ao fazer suas ponderações. O que tem Renato Johnsson com Delfim Neto, o que tem Renato Johnsson com Osiel, quando fala na alta do petróleo?

O que nós temos que estimular, Sr. Presidente, e o que eu estou simplesmente falando, neste instante, é transmitindo um pedido dos prefeitos da região, na sua última reunião em Santa Mariana, onde viram, em Renato Johnsson, o homem que está afeito à causa paranaense.

Agora, isto aqui está que nem o caso do burro: se você monta no burro, você apanha; se você puxa o burro, você apanha; se você carrega o burro, você apanha.

Então, para o ilustre membro da Oposição, nada serve, não estamos aqui bajulando, porque não estamos em vésperas de eleições, estamos apenas dando valor, estímulo, a um homem do gabarito e hoje se projeta no Estado do Paraná, e que Ney Braga não será canonizado, mas será toda vida admirado pelo povo do Paraná.

Agora, dizer que o Paraná parou, dizer que o Paraná não está em franco progresso, que sua estrutura não está funcionando, é a mesma coisa que faltar com a verdade. Porque veja, Sr. Presidente, esta colocação é muito falha, é só sair nos municípios pequenos, principalmente, e ver a quantidade de verbas carreadas para os mesmos municípios, principalmente para os do Norte Pioneiro, onde modestamente, fazemos uma certa representação. Onde municípios pequeninos, como São Sebastião da Amoreira, foi beneficiado com mais de dois milhões de cruzeiros em verbas, para que se faça a infraestrutura do perímetro urbano, para que se dê ao povo condições de beber água melhor, para que se dê ao povo condições de pelo menos ter, dentro deste esquema onde um Delfim Neto está procurando torpedear o nosso Partido e onde, homens valorosos como Renato Johnsson estão lutando, a favor de Ney Braga, do Paraná e de sua gente.

E por isso, não vejo desdouro algum, ao votarmos um requerimento deste; vejo sim, o ilustre representante da Oposição, querendo chover no molhado, querendo misturar "alhos com bugalhos", com a devida vênia, com o devido respeito que tenho por este moço, mas ele está completamente alheio das causas paranaenses. É só viajar pelo interior, e procurar as pequenas cidades, e ver a obra gigantesca de Ney Braga, que havemos de, com isto, elevar o nome do ilustre paranaense, para o conserto desta grande Nação que é o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, aproveito o encaminhamento de votação deste requerimento, porque sobre a mesa encontra-se outro requerimento de minha autoria, quase que sobre o mesmo teor.

Neste, o nobre Deputado Gabriel Manoel pede à Casa, pede ouvida a Casa, que se consigne na ata dos trabalhos um voto de louvor à atuação de um Secretário de Estado. Um Secretário que apesar de todas as dificuldades do quadro da conjuntura econômica que está vivendo a Nação, tem, através do seu esforço, da sua dedicação, do seu trabalho, do seu conhecimento de causa, do seu preparo como Secretário de Estado, tem levado aos municípios paranaenses, bem ou mal, alguma coisa em favor da nossa sofrida gente do interior.

É outro requerimento é de minha autoria, pedindo não um voto de louvor, mas um voto de aplausos. Porque na realidade, sou contrário a requerimentos desta natureza, que solicitam voto de louvor àqueles que têm o dever de trabalhar. Mas, em trabalhando bem, em solicitando voto de aplausos como solicitei ao ilustre Secretário da Administração, por um fato inédito. O meu requerimento também não tem algum caráter no sentido de bajulação. Reconhecemos que o Sr. Secretário

de Administração, tanto quanto o do Interior, têm o dever de trabalhar pelo bem estar do povo paranaense.

Mas, quando eles extrapolam este dever, com uma dedicação sem limites, como é o caso do Secretário do Interior, Dr. Renato Johnsson, e como é o caso do Secretário de Administração, Wilson de Conto, que têm exportado "know how" tecnologia administrativa para as demais unidades da Federação brasileira, é justo que esta Casa, que em última análise representa a voz do povo, que somos os representantes do povo paranaense, consigne o reconhecimento por este trabalho.

Não no sentido bajulatório, mas como um incentivo a que esses homens prossigam trabalhando realmente pelo bem estar do povo do Paraná.

Agora nós não concordamos absolutamente, embora o respeito que nos merece o nobre Deputado Darcy Deitos, quando ele diz que o Paraná está parado. E achamos que a Oposição objurgar por objurgar, presta um desserviço às instituições. Porque Oposição não é poder dizer, o Paraná está parado. A Oposição tem que oferecer também alternativas ao Governo. Vir à tribuna e dizer das razões porque eles acham que o Paraná está parado. Não só das razões, mas também das possíveis soluções.

Porque, do contrário, esta Casa que sempre foi um forum de debates, transformar-se-á numa rua de mão única, onde nós, o Governo, dizemos que o Governo está trabalhando, e a Oposição diz que o Paraná está parado, que o Governo não trabalha.

Agora, nós mostramos o que tem sido feito pelo Paraná. Podemos trazer aqui tudo o que já foi feito nesses dois anos do Governo Ney Braga. E queremos que a Oposição diga também as suas razões em afirmar que o Paraná está parado.

Porque, dizer, é muito fácil; a comprovação é que é difícil. Fazemos essas duas colocações, Sr. Presidente, para justificar o voto da bancada do PDS. Vota um voto de louvor em favor do Secretário do Interior e um voto de aplausos em favor do Secretário da Administração, como um estímulo, um incentivo ao trabalho extraordinário que esses dois eminentes homens públicos vêm realizando em suas Pastas.

Nisto eu não vejo nada demais. Isto é a função do Parlamento. Aceitamos perfeitamente o posicionamento da bancada da Oposição em votando contrariamente. Mas não aceitamos as censuras.

Absolutamente não aceitamos as censuras pelo nosso comportamento, que é o comportamento para nós válido, perfeito, enfocado dentro do espírito dos dois requerimentos, o comportamento da Bancada do PDS, embora respeitemos os votos contrários da Oposição.

Apenas queremos justificar o porquê que apresentamos esses dois requerimentos.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Gabriel Manoel, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, à Polícia Rodoviária, bem como ao Tenente Jairo Mello,

que comandou a "Operação Bóia-Fria". - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Piraquara, sugerindo esclarecimentos sobre denúncias realizadas pela Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Graciosa. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando providências no sentido de se colocar em funcionamento o Posto de Saúde do Distrito de Luisiana, Município de Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de Rio D'Areia, Município de Prudentópolis. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, no sentido de ser, no mínimo, quadruplicado o valor do crédito concedido ao Banco do Estado do Paraná, para efeito de custeio agrícola. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 79 e 94/80.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 72, 88 e 97/80.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Augusto Carneiro apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 41/80, de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro. PROJETO DE LEI Nº 44/80, de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro. PROJETO DE LEI Nº 55/80, de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque. PROJETO DE LEI Nº 56/80, de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, bem como aos Projetos de Resolução nºs 09/78, 28/78 e 39/80, os quais foram aprovados, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado

Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 48/79, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que eleva para treze (13) o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. PROJETO DE LEI Nº 57/80, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Casa do Bom Menino de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 58/80, de autoria do Sr. Deputado Palácios. PROJETO DE LEI Nº 93/80, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 42/80, que incorpora aos vencimentos do funcionalismo estadual a Parcela Adicional Social PAS, instituída pelos § 1º e 2º do Art. 1º da Lei nº 7258, de 30 de novembro de 1979. — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, às dezesseis e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Augusto Carneiro, e presentes os Srs. Deputados Airton Cordeiro, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, José Tavares, Paulo Camargo e Werner Wanderer, bem como demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI Nº 27/79, do Deputado José Tavares. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 47/80, de autoria do Deputado Cyro Martins. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. Votos vencidos dos Deputados Adalberto Daros e Fidelcino Tolentino. PROJETO DE LEI Nº 48/80, do Deputado Cyro Martins. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. Votos vencidos dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Fidelcino Tolentino. O Sr. Deputado Adalberto Daros esclarece que vota contrário ao parecer, não pela pessoa homenageada, mas por ser um projeto

de cunho político, já que o homenageado é pessoa viva. PROJETO DE LEI Nº 49/79, do Sr. Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado José Tavares. Deferida vista ao Deputado Paulo Camargo. PROJETO DE LEI Nº 59/80, do Deputado Fidelcino Tolentino. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 88/80, do Deputado Romero Filho. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 91/80, do Deputado Dácio Leonel. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. Rejeitado. Designado o Deputado Paulo Camargo para oferecer Parecer de acordo com o aprovado. PROJETO DE LEI Nº 92/80, do Poder Executivo. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 94/80, do Poder Executivo, Mensagem nº 43/80. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 99/80, do Deputado Valduga. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 104/80, do Deputado Darcy Deitos. Relator Deputado José Tavares. Parecer Favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 38/80, do Poder Judiciário. Ofício encaminhando acórdão 18.845, proferido por aquele Tribunal de Justiça, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade 01/78, de Curitiba, no qual é representada a Câmara Municipal de Ibiaporã. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 46/80, do Poder Executivo. Ofício 182/80, encaminhando Veto ao Projeto de Lei 104/80, do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável à apreciação pelo Plenário da Casa. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 48/80, do Poder Executivo. Mensagem 46/80. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Augusto Carneiro, pelos Srs. Deputados presentes à reunião e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
Rita Soares Bertoli — Secretária

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

PORTARIA Nº 577/80

designar ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, matrícula nº 025, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS.

(Protoc. nº 7511).

PORTARIA Nº 578/80

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula nº 024, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, compreendido entre 20 de abril de 1974 e 20 de abril de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao 3º quinquênio e das férias de 1974, 1976 e 1977, contadas em dobro.

(Protoc. nº 4991).

PORTARIA Nº 579/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula nº 024, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário,

do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos da fundamentação anexa, o tempo de nove (09) meses e vinte e quatro (24) dias, compreendido entre 07 de janeiro de 1952 e 31 de outubro de 1952, em que prestou serviço militar obrigatório; e,

II — mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 130, inciso III, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de dois (02) anos, oito (08) meses e dezenove (19) dias, compreendidos entre 01 de fevereiro de 1959 e 20 de outubro de 1961, data em que assumiu o cargo para o qual foi nomeado nesta Casa, de serviços prestados à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. (Protoc. nº 5087).

PORTARIA Nº 580/80

conceder à funcionária FLORIPES ALVES BOSCHI, matrícula nº 197, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de agosto de 1980.

(Protoc. nº 7878).

PORTARIA Nº 581/80

transferir para 1º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANTÔNIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA
CELSO APPARECIDO DE CASTRO
RONALDO LOPES LINHARES

(Protoc. nº 7376).

PORTARIA Nº 582/80

transferir para 1º a 30 de dezembro de 1980, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, ao funcionário NELSON EMÍLIO MARQUES, matrícula nº 352, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 7186).

PORTARIA Nº 583/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ LOSSO, matrícula nº 077, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1º da Lei nº 7206, de 1º de outubro de 1979, o tempo de um (01) ano e quatro (04) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1967, 1968, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 12396).

PORTARIA Nº 584/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de SOFIA KOLOSOVSKI, matrícula nº 528, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1º de junho de 1980, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. nº 5664).

PORTARIA Nº 585/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de LUIMIR AMORIM PEREIRA, matrícula nº 249, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1º de agosto de 1980, data que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. nº 6611).

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1980.
(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP — Diretor Geral